

# NAVEGAR PELOS RIOS DO TEMPO

## Uma cronologia espiralar no território amazônida

*NAVIGATING THE RIVERS OF TIME*  
*A spiral chronology in Amazonian territory*

**Victor Salgado<sup>1</sup>**

### Resumo

Este estudo aborda a territorialidade e ancestralidade no Amapá, com foco na Vila Elesbão, uma comunidade palafítica em Santana. A pesquisa explora a relação histórica e cultural entre os povos indígenas, afrodescendentes e o território amazônico, destacando práticas de resistência e adaptação. A cronologia espiralar conecta eventos históricos, como a desterritorialização de populações negras durante o projeto de modernização do Amapá, à cosmologia indígena Wajãpi, que identifica a Fortaleza de São José de Macapá como Mairi. A análise inclui solos antropogênicos, como terras pretas, e o manejo de espécies vegetais, como o açaí, evidenciando a abundância na Amazônia antiga. Apesar da precarização urbana e irregularidade fundiária, a Vila Elesbão mantém práticas comunitárias e culturais, resistindo à invisibilidade. O estudo propõe uma abordagem transdisciplinar e decolonial, revelando camadas de apagamento e destacando a diversidade das territorialidades amazônidas. Palavras-chave: Amazônia; águas; palafitas; territorialidade; Vila Elesbão.

### Abstract

*This research aims territoriality and ancestry in Amapá, focusing on Vila Elesbão, a palafitic community in Santana. The research explores the historical and cultural relationship between indigenous peoples, Afro-descendants, and the Amazonian territory, highlighting practices of resistance and adaptation. The spiral chronology connects historical events, such as the deterritorialization of Black people during Amapá's modernization project, to the Wajãpi indigenous cosmology, which identifies the Fortress of São José de Macapá as Mairi. The analysis includes anthropogenic soils, such as black earth, and the management of plant species, such as açai, demonstrating the abundance in ancient Amazonia. Despite urban precarization and land tenure irregularity, Vila Elesbão maintains community and cultural practices, resisting invisibility. The study proposes a transdisciplinary and decolonial approach, revealing layers of erasure and highlighting the diversity of Amazonian territorialities. Keywords: Amazon; waters; palafittes; territoriality; Vila Elesbão.*

### Introdução

Os seres humanos habitam junto às águas devido à necessidade de acesso a recursos vitais, como água potável e alimentos. Além disso, as águas oferecem rotas de transporte, facilitando o comércio e a comunicação entre comunidades. A agricultura irrigada em terras próximas aos corpos d'água também é favorecida. Historicamente, a água serviu como fonte de defesa, oferecendo vantagens estratégicas. Com os recursos aquáticos abundantes, as sociedades desenvolveram-se ao longo das margens dos rios, lagos e oceanos, adaptando-se às condições ecológicas e construindo uma relação íntima e vital com as águas.

A arquitetura ancestral conhecida como palafita, denomina construções suspensas sobre pilotis de madeira acima das águas ou terrenos passíveis de alagamento e exercem extrema relação com o habitat local. Apesar de antiga, esta arquitetura, com mais de 5 mil anos (Bahamón, A. & Álvarez, A., 2009), não se tornou obsoleta, com o avanço de complexidades ambientais e o desenvolvimento dos assentamentos humanos, construir sobre as águas continua sendo uma necessidade na realidade contemporânea.

Encontrar palafitas na maior floresta tropical do planeta, na Amazônia, não é uma simples coincidência. A formação social da Amazônia brasileira é intrincada e profundamente enraizada em uma diversidade de povos, ecossistemas e narrativas. É o habitat de comunidades indígenas que mantêm uma relação milenar com a terra, conservando tradições e saberes ancestrais. O contato interétnico provocado pela colonização europeia e a implantação do escravismo na América há 500 anos, mesclou e fundiu saberes de diversas origens, intervindo também nos sistemas construtivos criados para ocupação deste território.

As ocupações palafíticas são encontradas em diversos países cobertos pelo bioma amazônico, como no Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, em margens de rios, lagos, áreas alagáveis, por litorais, e, portanto, uma forma influente de ocupação, uma presença que atravessa séculos. No contexto brasileiro amazônida, este tipo de habitação é fortemente interligado aos saberes ribeirinhos, de uma população tradicional que herdou os saberes das populações indígenas que habitam a região. Esta tecnologia habitacional também é empregada em território urbano, como forma de acesso à moradia popular, muitas vezes em situação de precarização extrema, uma sentença das relações de colonialidade que persistem. Porém, ainda é possível se deparar com formas de assentamentos palafíticos pouco densos, vinculados ao trabalho com a terra e confluente em seu modo de habitar com as águas.

O território amapaense é conhecido nacionalmente pela biodiversidade, pela presença de diversas áreas de conservação e Terras Indígenas demarcadas, pela produção de açaí que desempenha um papel importante na cultura alimentar local e por sua condição fronteira com a Guiana Francesa. A região metropolitana do estado é definida pela conurbação entre a capital Macapá e as cidades de Santana e Mazagão, cidades mais densas e antigas na região da foz do rio Amazonas. A complexa paisagem regional pode ser dividida genericamente entre três biomas: florestas de várzea, entrecortadas por áreas alagáveis, assim como as áreas de cerrado amazônico (savânica) e as florestas de terra firme, como maior volume no platô das guianas.

Neste contexto urbano se insere a Vila Elesbão, como um bairro de periferia, na cidade de Santana. Uma comunidade palafítica, historicamente vinculada a um modelo capitalista extrativista moderno-colonial, tanto quanto uma comunidade entrelaçada à ancestralidade amazônida, em sua origem e mistura. Manifestando a necessidade de habitar junto à terra e ao rio. A abordagem deste estudo compreende a terra não

<sup>1</sup> Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU FAU-USP (2024) . Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP/2020).

apenas como substrato natural e geopolítico por onde a vida se passa e a luta se faz, mas sobretudo, como produtora de cosmopolíticas e socialidades diversas acerca da natureza (Lewandowski & Otero, 2019). Ao invés, portanto, de neutralizar a terra a partir de um tipo específico de territorialização, a intenção é explicitar a potência das territorialidades dos povos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros etc.) tal como vividas por eles.

O conceito de territorialidade, portanto, também se coloca como chave para a pesquisa, numa abordagem que não só permite recuperar e valorizar a história da ocupação de uma terra por um grupo, como também propicia a melhor compreensão dos elementos culturais em jogo na experiência de ocupação e gestão territorial (Gallois, 2004). Assim, para Lewandowski & Otero (2019), a palavra território refere-se a uma unidade espacial demarcada pela identidade e cultura de seu povo, um espaço de vida denso, no qual diferentes territorializações se sobrepõem. O estudo da territorialização é um atravessamento de longa duração nesta pesquisa, sua proposição é contemplada parcialmente pelo conceito geográfico-humanista de Rogério Haesbaert (2007; 2021). Para além desta abordagem, a territorialização pode ser um processo burocrático-estatal de transformação de espaços de vida em propriedades privadas ou mesmo tomando como propriedade pública.

Neste estudo, estruturou-se a metodologia com base nos conceitos da filósofa Leda Maria Martins em “Performances do tempo espiralar”. Conceitos que pressupõem as condicionantes do tempo linear e calculado, do conhecimento ocidental, de progresso e evolução, que emperra em uma noção de irreversibilidade. E que assim, impede a percepção de ciclos, de retornos, de simultaneidades e reversibilidades, dos ritmos, etc. Neste sentido, a base que estanca o conhecimento ocidental é a escrita, como único registro legítimo. O que se propõe é uma estruturação espiralar, da cronologia e narrativa do artigo, para assim acomodar na investigação os conhecimentos da oralidade<sup>2</sup>.

Ainda que, assumindo os riscos e consequências das traduções e transcrições, que sempre causam perdas, a inclusão do conceito de tempo espiralar, tem a ver com reavivar a força e a história daqueles que foram e vieram antes de nós, e, portanto, a ancestralidade é chave. Os movimentos temporais são demarcados, na construção textual do artigo, como giros, que se lançam em tempos e direções da cronologia ocidental e pedindo licença para abordar a cosmologia indígena Wajãpi. As informações e referências que compõem estes giros são baseadas em fontes documentais, visuais e musicais, estudos etnográficos, arqueológicos e arqueobotânicos, da historiografia com base em códices e ofícios coloniais, da geografia humana, urbanismo e planejamento urbano. Um conjunto orientado pela transdisciplinaridade e decolonialidade (Maldonado-Torres, 2015), que convergem em uma narrativa sobre território em giros, formando círculos e espiralando.

Atentando-se ao percurso da pesquisa, em linhas gerais, o território do Amapá é atravessado por ciclos de territorializações, desterritorializações e re-territorializações. O cuidado com a terra é uma ancestralidade indígena e quilombola, e até hoje, usufruímos dessa abundância. As territorialidades abordadas pelo estudo, são relacionadas a populações que se constituem como não-hegemônicas. As palafitas e seus conjuntos, sendo bairros ou baixadas, ou periferias, são expressivas em muitas cidades da Amazônia, obtêm muitos estigmas e estão sob condições precarizadas de

2 Oralidade ou as oralidades pertinentes a esta pesquisa são as práticas do uso da língua natural por meio da produção sonora como dispositivo de resistência ao uso hegemônico da escrita como instrumento de apagamento de narrativas baseadas na transmissão por vozes e falas ancestrais.

saneamento, majoritariamente. O que não é unanimidade. As condições de insegurança de posse, dificuldades de permanência continuam, e, existe uma incompreensão das políticas públicas com as necessidades das populações que as habitam.

## Territorialização do Amapá

O primeiro giro retorna ao processo de territorialização do Amapá, na formação do antigo Território Federal do Amapá (1943-1988) na era Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945). Fase de forte estímulo à industrialização do Brasil, que implantou o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Nacional de Alcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, entre outras grandes empresas e órgãos estatais. No Amapá, o commodity de exportação destacado foi o minério de manganês, e, portanto, este setor industrial foi alavancado.

O interventor, designado pelo presidente da época, foi o oficial do exército Janary Gentil Nunes, aquele que deveria transformar, o suprimido município paraense de Monte Negro, em um território “civilizado”. A ação estatal foi estrategicamente moldada para modernizar aquela região, com robusto aparato da propaganda, que até então, nunca foi uma prioridade para os gestores do Pará. A intenção sempre foi “vencer” a floresta e romper de vez o “primitivismo” da selva, diante o primeiro Plano de Valorização da Amazônia (1946), que posteriormente viabilizou a Operação Amazônia, e finalmente fundou a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, ativa até os dias atuais.

A “evolução” proposta pela intervenção de Janary, estava baseada na luta por um futuro afortunado para aquele novo território federal. Em seu discurso, “A Mística do Amapá”, afirmava que só era possível atingir o progresso através do amor ao Amapá e da exploração da terra e de seu potencial, com a participação de todos e sob o comando de um grande líder político (Canto, 2016). Um discurso concebido para consolidação de poder, aos moldes coronelistas, e convencimento da população ao desenvolvimento pela intervenção extrativista. Uma vez que, o governo brasileiro da época estreitou relações com os Estados Unidos durante a segunda guerra mundial, o Amapá foi alvo de intervenções do capital estrangeiro, construindo até mesmo uma Base Aérea no interior do estado, e financiando a exploração de minério em Serra do Navio, pela ICOMI (Indústria Comercio de Mineração Ltda) em associação com empresa americana Bethlen Steel.

Esta fase da economia brasileira é demarcada pelo agudo êxodo rural em sentido as maiores cidades, convertendo o perfil demográfico nacional em maioria urbana. A base administrativa do Território Federal do Amapá se concentrou em Macapá, que até a chegada do interventor era sede de um pequeno município com população inferior a dois mil habitantes. Vale ressaltar que na época, o atual município de Santana ainda era integrado ao município Macapá, o que dificulta a diferenciação de análises entre estas cidades até meados dos anos 1980.

Havia uma fortaleza abandonada, que servia de curral, uma doca por onde chegavam embarcações com víveres para abastecer a cidade e uma vida comercial na qual a maioria dos comerciantes era estrangeira. Pairava entre os habitantes uma grande expectativa no propalado desmembramento do Pará e na instalação do governo amapaense (Canto, 2016, p. 167).

A modernização introduzida por Janary, se instalou no porto de Santana nesta mesma época, como principal porta de exportação dos commodities da indústria de mineração. Mesmo após a construção de moradias e infraestrutura urbana para o *staff* da ICOMI, ali ao lado da estrutura portuária de exportação e da estrada de ferro, consolidava-se a Vila Elesbão como uma comunidade às margens do rio Amazonas que não estava a parte do desenvolvimento econômico e industrial da época. Por outro lado, as baixas condições sanitárias ameaçavam as vidas das pessoas que sofriam com diversas endemias tropicais. Condições oriundas de um processo de precarização histórica herdado dos tempos coloniais.

Esta região da Amazônia, desde a conquista lusitana, esteve submissa a sucessivos ciclos de extrativismo predatório por objetivo de acumulação de capital, e o que permanecia como estrutura relacional sempre foi a colonialidade, onde um povo explorado ansiava por alguma apreciação. O que a governança do Território Federal estabelecia era uma continuidade da colonialidade, pois quem não aceitava as mudanças propostas era considerado um intruso (Canto, 2016), todo aquele que não aceitava a modificação dos hábitos tradicionais e a higienização da paisagem estava sujeito à repressão<sup>3</sup>.

Não por coincidência, as populações negras eram o núcleo de resistência. Moravam no centro da cidade, denominado Largo São José, área que servia para o cultivo da tuberosa mandioca (*Manihot esculenta*), e ao longo da orla também havia áreas resididas por trabalhadores e agricultores. Áreas estas de interesse do planejamento urbano “embelezador” implantado por Janary. Os negros macapaenses eram parte da população mais antiga da cidade, ocupavam terras doadas por seus antigos senhores a seus escravos e herdadas por seus descendentes (Canto, 2016), em casas simples, provavelmente autoconstruídas, com roças nas redondezas, com diversas espécies vegetais.

Estas pessoas eram agricultores, além de seringueiros, pescadores e extrativistas de modo geral, portanto, sua reação indignada às intervenções do poder público, fundamentava-se na permanência na terra, como uma relação de compartilhamento para a vida. Isto é, para a modernização ser construída era necessário demolir as relações de territorialidades afrodescendentes, mesmo que se utilizassem ações de segregação social, que se cumpria com práticas excludentes (Pessoa; Venera, 2013). O planejamento urbano proposto para Macapá passou a efetivar suas estratégias higienistas.

O remanejamento da população negra para áreas afastadas e sem garantias de acesso à urbanização, foi parte das estratégias de Janary. Por sua influência, persuadiu Julião Tomaz Ramos (1876-1958), chamado Mestre Julião, principal festeiro e tocador de caixa (tambor) de Marabaixo<sup>4</sup>, para que, por sua vez, convencesse também os moradores a se transferirem para outros “futuros bairros” próximos do centro. Segundo Fernando Canto:

3 O governador tinha respaldado por Decreto - Lei uma unidade de tropa do Exército à sua disposição para auxiliá-lo na manutenção da ordem pública (artigos 14 e 17 do Decreto-Lei n° 5.839, de 21 de setembro de 1943).

4 A dança e entoada do marabaixo são uma criação artístico-cultural típica dos povos de Macapá; o nome remete à travessia do Atlântico quando da diáspora africana: mar - a - baixo. A letra da música expressa um acontecimento do momento, uma forma de contar e cantar a própria vida. Uma espécie de “repente”, estrofes com rimas chamadas de “ladrão” e entoadas no ritmo de caixas, que eram instrumentos de percussão confeccionados a partir de um tipo de madeira específica da floresta daquela região (Pessoa; Venera, 2013).

Todo o capital simbólico tradicional daquela população foi afetado pela perda da identidade com o lugar que habitavam, devido às novas formas de morar e se deslocar (ganharam em troca terrenos de 1200 m², e perderam a sua relação diária com o rio e a doca da Fortaleza, um igarapé situado ao lado da Fortaleza de São José de Macapá, onde a cidade era abastecida diariamente pelas canoas das ilhas vizinhas). (...) No local das antigas roças e casas geminadas dos negros do centro e da frente da cidade o governo construiu praças, conjuntos habitacionais para seu *staff* administrativo (Canto, 2016, p.172-173).

As famílias remanejadas foram realocadas para os atuais bairros Perpétuo Socorro (antigo Igarapé das Mulheres), Santa Rita (antigo bairro da Favela) e Laguinho. Sendo o **último**, o bairro que permanece, historicamente, habitado por moradores negros até hoje. Culturalmente plural e influente nas tradições afrodiáspóricas do candomblé, do batuque, da capoeira, e de ritmos brasileiros como o samba e o pagode. Naquele momento o Marabaixo se tornava um eco para os anseios dos negros nesse período (Pessoa; Venera, 2013). As narrativas compostas em rimas de “ladrão” (entoados), denunciam a violência do processo de “modernização”. O irmão de Julião Ramos, conhecido como Bruno, compôs o “ladrão” que deflagrou a dominação sofrida. E nos versos de Raimundo Ladislau, pode-se compreender um pouco do processo de desterritorialização.

“VOU SEGUINDO NESSA ESTRADA  
QUE DE MIM NINGUÉM TEM DÓ  
O MALDITO JANARY  
ME JOGOU LÁ NO IGAPÓ”  
(Transcrição ladrão de Bruno,  
encontrado em Canto, 2016)

“AONDE TU VAI RAPAZ  
POR ESSES CAMINHOS SOZINHO  
VOU FAZÊ MINHA MORADA  
LÁ NOS CAMPOS DO LAGUINHO  
QUANDO VIM DA MINHA CASA  
ME PREGUNTOU COMO PASSOU  
RAPAZ EU NÃO TENHO CASA  
TU ME DÁ UM ARMADOR  
DESTELHEI A MINHA CASA  
COM INTENÇÃO DE RETALHAR  
MAS A SANTA ENGRÁCIA NÃO FICA  
COMO A MINHA PODE FICÁ?  
ESTAVA NA MINHA CASA  
CONVERSANDO COM A COMPANHEIRA  
NÃO TENHO PENA DA TERRA  
SÓ TENHO DO MEU COQUEIRO”  
(Transcrição ladrão de Raimundo Ladislau,  
encontrado em Canto, 2016)

É na oralidade que os povos afrodescendentes, e indígenas, resguardam a memória das lutas e muitos de seus saberes ancestrais, que permanecem protegidos do apagamento que os colonizadores instituíram pela escrita, disse Nego Bispo. “Porque mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade” (Santos, 2015). A abordagem transdisciplinar deste estudo, possibilitou a reinterpretação de fenômenos urbanos ainda pouco analisados, a partir de uma ótica contra colonial, crítica ao planejamento



da época. A historiografia do século XX lapidou a imagem heroica de um interventor militar, como se fez aos bandeirantes anteriormente.

A migração acentuada para o Amapá neste período, incluiu nos processos sociais da cidade a territorialização das novas populações, que chegavam e buscavam por acesso à terra, para se fixar à procura de trabalho. Entre 1940 e 1950, Macapá foi a capital brasileira que apresentou o maior índice de crescimento populacional. A população cresceu cerca de nove vezes. Em 1949, a causa de 57,9% do aumento populacional macapaense foi a chegada de migrantes (Lobato, 2013), de origens diversas, mas principalmente do Marajó e do Nordeste. Esta intensidade migratória, ocorreu em função da distribuição de renda, devido a demanda por mão de obra, contudo, a distribuição de terras e mesmo a possibilidade de acesso a habitação social para os trabalhadores que chegavam, e, aos habitantes antigos, não ocorreu.

Não se via esse território tão movimentado, desde a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1752). Os descendentes dos povos africanos escravizados que a ergueram, ao lado de outros povos indígenas escravizados. **É importante** frisar como, forçadamente, os povos africanos se integraram nessa sociedade colonial, como mão de obra escrava, mas, acima de tudo, como propulsores de uma sociedade que depois se tornou “livre”, na qual, se confrontam os registros desse passado e os sentidos atribuídos a essa escravidão. Muitos desses cidadãos livres tornaram-se moradores dos arredores da Fortaleza (Pessoa; Venera, 2013), tornando-a a orla, o rio e seus arredores alagados, sua habitabilidade.

Observa-se, nesta seção, que o Estado Brasileiro, para territorializar e urbanizar a capital do Amapá, utilizou-se de estratégias coloniais de desterritorialização de seu povo. E mais, antes mesmo que os negros macapaenses fossem desterritorializados, os povos trazidos de África para cá, passaram por um processo ainda mais violento de desterritorialização, perdendo a liberdade de estar na terra, falar suas línguas, cultivar suas sementes e dialogar com o ambiente (Santos, 2018). Até que fosse possível alcançar caminhos de liberdade para suas vidas, indígenas, negros, desertores e outros personagens das narrativas de resistência na Amazônia, cruzaram a virada do século XVIII para o século XIX compartilhando experiências fora da dominação colonial, transpondo fronteiras e tratados internacionais.

### Terras do Cabo Norte

A chegada dos primeiros navios com pessoas africanas escravizados no Amapá, ocorreu por volta de 1752. Naquele momento o colonialismo português ansiava pela preservação dos limites territoriais e fronteiriços do império. Dessa forma, a Fortaleza de São José de Macapá, foi pensada para demarcar e assegurar territórios contra possíveis inimigos da Coroa Lusitana: ingleses, franceses, holandeses e espanhóis (Pessoa; Venera, 2013). Até a conclusão das obras da fortaleza, foi registrada a presença de 750 pessoas escravizadas trabalhando forçadamente na construção, a historiadora Luna (2011) apud Canto (2016, p. 103), descreve que “esses escravos viviam expostos às doenças tropicais como a malária, a cólera, a febre amarela e à varíola. Recebiam como alimentação básica apenas a farinha de mandioca [*Manihot esculenta*] e os peixes [do rio]. Viviam no hospital da vila, doentes.”

Fica claro que, diante desse contexto de condições de vida, a busca e conquista de liberdade era uma necessidade cotidiana. Neste sentido, os denominados fugitivos - negros e indígenas escravizados e os soldados desertores - com suas próprias ações, reinventaram significados e construíram visões sobre escravidão e liberdade. Os fugitivos criaram rotas de fuga, mas não seria só isso. Fugas e formação de mocambos

naquelas regiões de fronteiras ganham outros significados (Gomes, 1999). No âmbito geopolítico da época, a Coroa Lusitana e a Francesa enfrentavam o litígio franco-amapaense (1713-1809), existia uma “fronteira móvel”, mesmo com o acordo firmado no Tratado de Utrach, os franceses não aceitavam os limites demarcados, deslocando ao sul a fronteira, do rio Oiapoque para o rio Araguari.

Esta conveniente mobilidade nas terras do Cabo Norte, facilitava aos franceses acesso aos garimpos e a extração de madeira para contrabando, contudo, este contexto fronteiriço impreciso abriu-se como uma oportunidade de refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto amazônico (Gomes, 1999). A formação de mocambos e quilombos, durante a vigência do sistema colonial escravista, se estabeleceu pelo território brasileiro, como um locus de resistência e resgate de saberes afrodiaspóricos — lembrando que o quilombo pode ser considerado o símbolo maior da luta pela terra comunitária e pela liberdade em toda a Diáspora Africana nas Américas (Carvalho, J., in Santos, 2015).

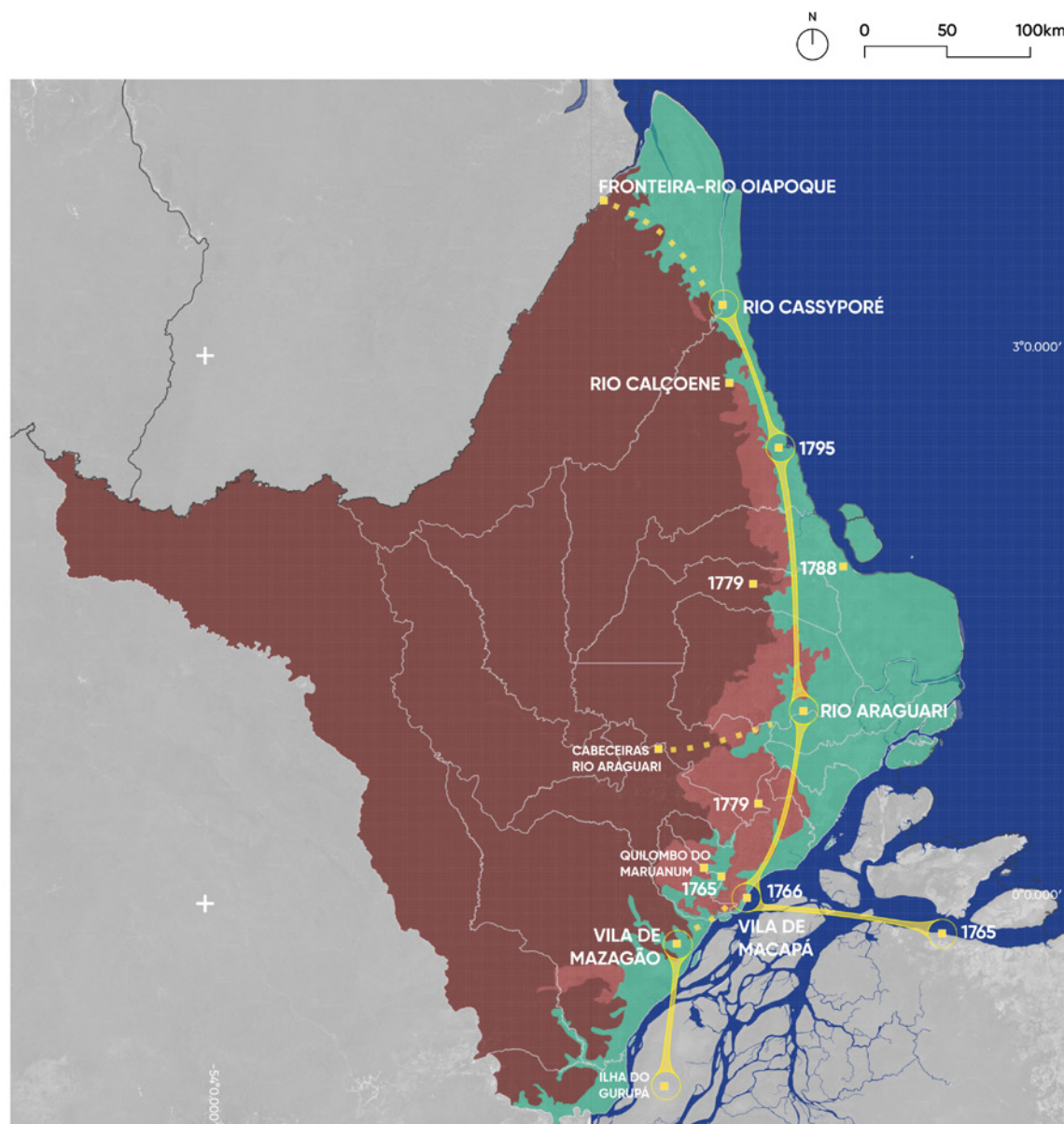
Em todo o Grão-Pará, no séc. XVIII, havia revoltas, mocambos eram formados, perseguidos e esvaziados continuamente, e na mesma época ocorria um grande conflito armado contra os indígenas Munduruku (1768-1795), na região do rio Tapajós. Em especial na região do Amapá, justamente a que divisava com a Guiana Francesa, era a que mais causava apreensão da Coroa. Segundo Flávio dos Santos Gomes:

Desde 1732, existia, porém, um tratado internacional assinado pelas duas Coroas, acordando a respeito da devolução de negros fugitivos. As disputas territoriais tornavam, entretanto, o controle e policiamento dessa área cada vez mais difícil. Havia desconfiança mútua entre França e Portugal com relação aos domínios coloniais de região (Gomes, 1999, p. 226).

Enquanto as autoridades portuguesas e francesas empenharam esforços em capturar fugitivos e desvendar suas rotas, em frequentes atritos em função dessas missões, muitos quilombolas do Amapá atravessavam os limites coloniais entre as nações, indo em busca de novos contatos, de populações que também ansiavam por libertação. Misturavam-se com fugitivos, cativos nas plantações e soldados desertores da Guiana Francesa. Traziam (ou levavam) ideias de liberdade (Gomes, 1999). Subestimados, não eram considerados uma ameaça potente pelas autoridades das Coroas Portuguesa e Francesa.

Considerando a territorialidade para as populações escravizadas, que não se isolaram entre si, mas que desempenhavam dinâmicas comerciais, alianças por proteção e práticas de solidariedade, os limites imprecisos dos tratados, os beneficiavam. Mocambos formados bem próximo à **fronteira mantinham relações de comércio com os colonos** franceses. Tinham igualmente sua base econômica, fazendo “salgas”, tingindo roupas, plantando roças, pastoreando gado e fabricando tijolos para construção de fortalezas francesas (Gomes, 1999). Neste momento do giro temporal, vamos nos ater ao mapeamento de rotas de fuga e perseguições (Figura 1) de quilombolas, indígenas e amocambados.

Observa-se no mapeamento que as dinâmicas de mobilidade não eram isoladas ou facilmente rastreáveis. As autoridades da época utilizavam diversas estratégias para conseguir informações sobre os fugitivos. Mais do que se esconder nas matas, quilombolas, amocambados e indígenas compartilhavam segredos da floresta, assim, unindo-se como aliados, fortalecendo sua proteção, apoio e defesa contra a subordinação ao império português. Havia uma rede de caminhos e comunicações transversais nas terras do cabo norte.



Caminhos que acompanhavam a transversalidade do bioma cerrado, e, se distribuíam por suas zonas de transição, entre as áreas alagadas e de florestas altas. Através do conhecimento compartilhado entre os fugitivos, sobre a complexa rede hidrológica dos rios, foi possível transitar pela correnteza do Araguari, das altas cabeceiras até várzea alagável. Muitos outros rios são mencionados como lugares que continham vestígios da mobilidade da população perseguida, como os rios Matapi, Camarupi, Uanará-Pecú e nos lagos do rio Arapecú, rios Maguari, Flexal, Cassiporis e Mayacaré (rio Calçoene).

O que se vê no conjunto é a disposição de um corredor estrutural de atividades econômicas e a estruturação de um circuito entre Macapá e Caiena, sem intermediários, e para além das fronteiras internacionais, pois ocasionalmente, fugitivos e pessoas livres de cor das colônias holandesa (Suriname) e inglesa (Guiana), eram capturadas e identificadas. Esta disposição, era em parte sustentada pelas dinâmicas da rede de socialidades entre fugitivos e colonos, com seus produtos comercializados clandestinamente ou não, mas também por uma “proto-organização social abolicionista”, que se conectava e contagiava por esta trama de vida.

Em Caiena, a abolição da escravidão aos negros e seus descendentes ocorreu em 1794 pela primeira vez (Revolução Francesa), e as experiências contra hegemônicas da revolução Haitiana (1791-1804) também reverberaram dentro do território do Cabo Norte. Isto é, a liberdade pela terra, para pertencer, e o sentido próprio de territorialidade integravam o propósito da abolição. As rotas de fuga até os mocambos e quilombos, percorriam ou atravessavam corpos d’água, eram raras as margens de

rios e dos igarapés da extensa Amazônia onde faltassem indícios, rumores, vestígios e informações concretas sobre fugitivos escondidos (Gomes, 1999), havia a determinação das autoridades para que as milícias patrulhassem estes lugares afastados da Vila de São José de Macapá.

O rio Araguari é registrado em diversos documentos como elemento da paisagem, como refúgio tanto de negros, quanto de indígenas. As águas e cachoeiras pertencem ao contexto cosmológico destas comunidades, mais do que apenas como recurso material, têm importância na relação de simbiose entre os humanos, seres não-humanos e os elementos da natureza, especialmente as cachoeiras. Ainda hoje, **são vistas** como parte de um Cosmo onde as entidades mágicas vivem nos redemoinhos, turbilhões, saltos, nichos das rochas ou nas águas tranquilas e agitadas (Martins, 2010). Não que fosse uma adaptação fácil, contudo, as áreas cercadas por rios e cachoeiras, dificultavam a aproximação de expedições anti-mocambos, assim como facilitava imediatas retiradas, quando havia emboscada.

Indígenas e quilombolas, ou como diria Nego Bispo, os povos afro-pindorâmicos, compartilhavam da necessidade de liberdade. Na Amazônia do séc. XVIII, o que fortalecia suas alianças e trocas de informações, eram os saberes indígenas que **já circulavam na terra há milênios, através da** mobilidade das comunidades, formando roças e domesticando plantas, formando solos antropogênicos, como vestígios de ocupações antigas e suas estradas que interligavam aldeias (Neves, 2022). Neste sentido, elaborou-se um mapeamento da transversalidade territorial (Figura 2), um ensaio cartográfico, que cruza dados arqueológicos das descobertas de solos antropogênicos da Amazônia antiga, com os fluxos das fugas e perseguições a mocambos nas terras do Cabo Norte durante o séc. XVIII, com a demarcação oficial de Terras Indígenas, Terras Quilombolas homologadas e com a localização de comunidades quilombolas contemporâneas. Uma travessia entre tempos, terras e fenômenos.

Observa-se na cartografia a indicação de um possível corredor de circulação, entre a costa sul do Amapá e a região do Cabo Orange, podendo alcançando a fronteira com a Guiana Francesa. Por mais de um século, este corredor se consolidou, resultando na atual infraestrutura viária que interliga as duas nações. Pela interface do mapa, podemos deduzir que a territorialidade dos povos perseguidos como fugitivos, durante colonização do Amapá, também moldou espaços, interveio no fluxo da mobilidade regional e expandiu o povoamento. Talvez, ao longo do tempo, este processo tenha aberto caminho para corporações internacionais explorarem a região, por meio de *plantations* de eucalipto e mineração.

A elaboração deste mapa, se fez quase como um palimpsesto, recriando apagamentos para acumular as informações em uma superfície de interpretação, que no caso, foi o território cartografado. No entanto, não somente em documentos oficiais, na historiografia ocidental ou de elementos arqueológicos podemos extrair informações sobre o passado da Amazônia. Estudos etnográficos, de Dominique Gallois (1994), registraram as narrativas os “primeiros tempos”, anterior ao encontro com os invasores europeus, na oralidade do povo indígena Wajãpi, originários do rio Tocantins (séc. XVII) e de língua do tronco Tupi. Este povo, migrou para a região da costa do Amapá, há pelo menos 200 anos (séc. XVIII), e neste mapa a Terra Indígena demarcada a oeste é seu território oficialmente desde 1994, no Brasil. Outros parentes Wajãpi também ocupam territórios oficialmente demarcados na Guiana Francesa.

Rememorando suas histórias, juntos aos extintos indígenas Tukuju, os indígenas Wajãpi entrevistados, contam sobre o contato com um antigo povo negro chamado Tapajon, que viviam próximos as aldeias. Mantinham uma relação pacífica e cooperavam entre si, no entanto, os colonos exterminaram os Tapajon e os Tukuju (Gallois, 1994). Ainda



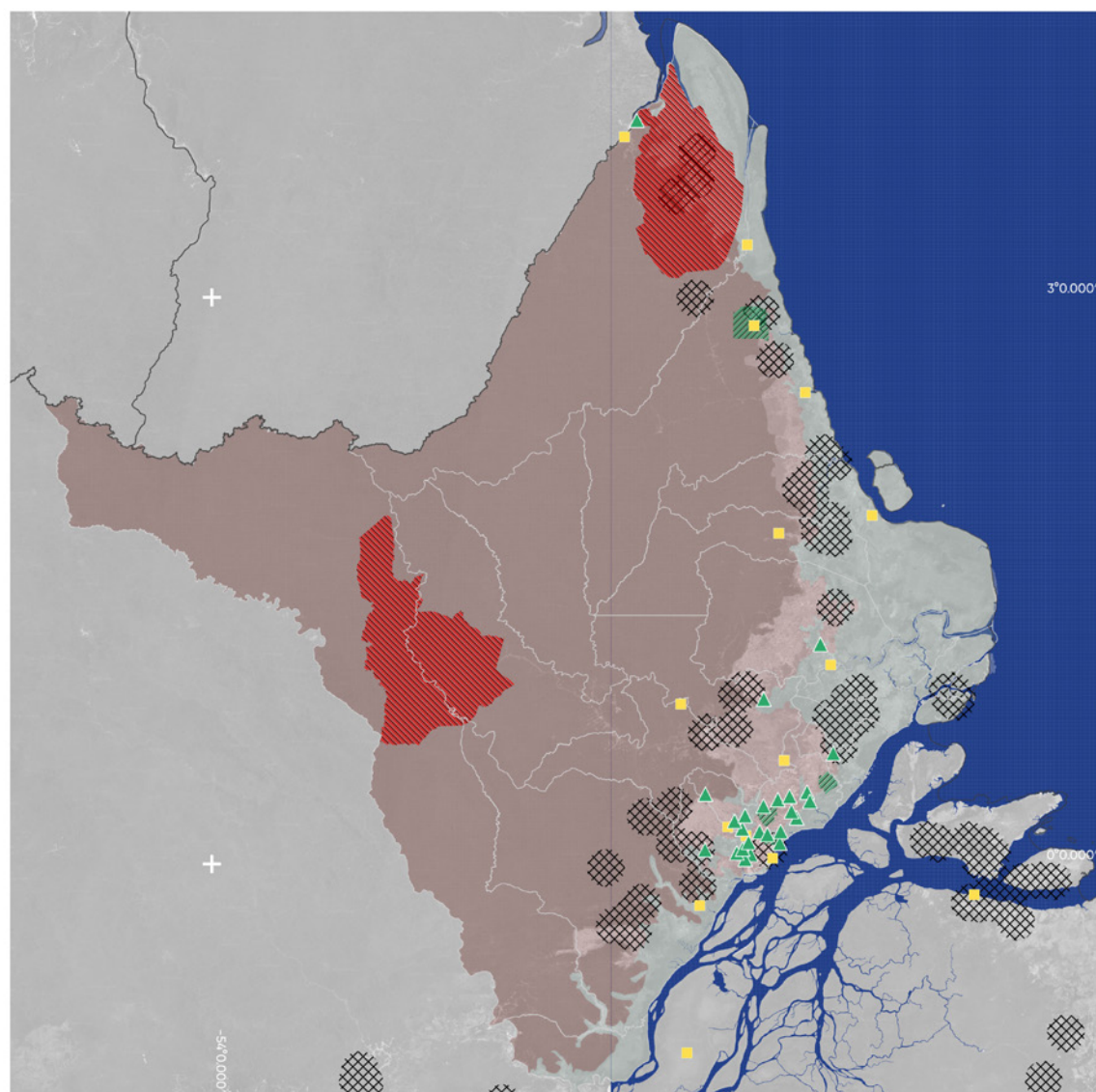


Figura 2 - Mapa da transversalidade territorial. Dados: Gomes, 1999; IBGE, 2010, 2024; IEPARADAM BRASIL, 2006; Neves, E.C., Furquim L.P., Levis C., et al., 2021; Superti, E., Silva, G., 2015. EPSG:4674. Elaboração própria, 2024.

bem que estes pedaços de tradições de liberdade não se encontram somente em meio ao pó, traças e ao amarelar dos documentos manuscritos oficiais nos arquivos (Gomes, 1999). E, “o que está guardado na memória dos grupos étnicos não é encontrado no mundo das palavras escritas, e o que está escrito tem uma importância que é negado ao falado”, disse o líder indígena oglala sioux Wanblí Ohítika (Russel Means), em 1980<sup>5</sup>.

### Mairi, Terra Ancestral

A narrativa sobre o território de *Mairi* é a narrativa cosmológica posta neste momento do giro temporal. Pedindo licença para os povos Indígenas do tronco linguístico Tupi na Amazônia, em especial aos Indígenas Wajãpi do Amapá. Em respeito e saudação a este povo, que frui junto a floresta amazônica, um território sagrado e repleto de entidades espirituais. Os Wajãpi, acreditam em uma rede complexa de relações entre humanos, animais e espíritos ancestrais, onde cada elemento desempenha um papel vital na harmonia do universo (Cabral, 2000). Em suas práticas rituais, como o *Kariwã*, celebram a interação entre o mundo terreno e o sobrenatural, promovendo a comunhão com os antepassados e o equilíbrio cósmico.

5 Consultado em <<https://revistausina.com/2015/07/15/discurso-russel-means/>>.

Nesta pesquisa, a relação do território de *Mairi* com a Fortaleza de São José de Macapá é uma narrativa reconstituída pela oralidade Indígena. No entanto, existe uma pluralidade de narrativas que percorrem vários povos com o enunciado “*Mairi* ou *Maíra*”, que ainda hoje permanece presente pelo menos na cosmologia dos Tembê, Guajajara, Kaapor e Ava-Canoeiro (Neves, I., 2022). Não é intenção deste estudo instaurar qualquer perspectiva genealógica sobre os Indígenas Wajãpi no Amapá, trata-se uma abertura, no rígido sistema de escrita, para que as vozes Indígenas (transcritas), nos revelem outras percepções e origens do território amapaense a partir da sua ancestralidade. Na tentativa de pluralizar esta história antiga da região, que não se inscreve em uma única temporalidade.

Quando conheci a fortaleza, reconheci o lugar. É o lugar de nossos antepassados. É o que estou explicando, para que todos saibam disto. Quando visitamos a fortaleza, nós não temos dúvidas, não precisamos perguntar: “o que é isto, de quem é isto?”. Nós conhecemos tudo isto... Não esquecemos o que disseram nossos antepassados, continuamos transmitindo tudo que eles nos ensinaram (Waiwai, Macapá, 12.1991 - fita 157 in Gallois, 1994. p. 17).

A etnografia elaborada, junto ao povo Indígena Wajãpi, refere-se ao distanciamento do lugar que consideram como sua origem: o paraná, ou rio grande (rio Amazonas), onde está *Mairi*. A casa de barro, construída pelo herói *lanejar* para abrigar a verdadeira humanidade, Wajãpi. As fontes orais que contaram essa narrativa cosmológica são de entrevistas documentadas em fitas de áudio, entre as décadas 1970 e 1990, por Dominique Gallois. A antropóloga esclarece que ao selecionar as narrativas, procurou deixar de lado a perspectiva externa de nossa historiografia, para privilegiar os critérios que fundam a etno-história ou etnohistoriografia Waiãpi. Portanto, o que será colocado aqui serão as transcrições, que narram o começo do mito de *Mairi*, identificada como a Fortaleza de São José de Macapá.

*lanejar* fez primeiro os antigos Waiãpi, fez os brasileiros e os franceses. Era muita gente, como as árvores na floresta. Não podiam nem andar, não havia mais lugar no chão. Depois, como tinha muita gente, cada um foi procurar um lugar para morar. Os brasileiros vão embora, os franceses também. Somente os Waiãpi ficam no lugar deles. *lanejar* disse, então: “vocês são muitos ... vou queimar a terra, porque vocês são muitos”. E *lanejar* provocou o fogo. Não chovia, era verão, verão... (Siro, Tataira, 02.1977 - fita 1 in Gallois, 1994, p. 30).

Os Waiãpi conhecem bem a fortaleza, é *Mairi*, decidiram construí-la quando a terra queimou... Quando o dilúvio chegou, não havia brancos, eles vieram depois, pelo oceano, para se apossar dela (da fortaleza). Chegaram depois, bem depois (Waiwai, Macapá, 12.1991 - fita 157 in Gallois, 1994 p. 31).

A narrativa ilustra o ciclo de recriações da humanidade. Onde o herói mitológico *lanejar* é o criador, que vê o futuro através do “papel” (*papere*), enquanto os pajés acedem ao mundo invisível através do “espelho” (*warua*). Assim, *lanejar* provocou fogo, secou as águas e recolheu os peixes, para então salvar alguns eleitos do dilúvio, esses são todos Wajãpi. Então o herói mandou os Wajãpi buscar argila para construir uma casa, que é *Mairi*, às margens do paraná. Para assim se protegerem do fogo, de um cataclisma que afeta todos, menos os que estão recolhidos na casa de argila, como uma alternativa de fuga.

Mesmo com a perda de alguns parentes, os Wajãpi sobreviventes garantem a continuidade da humanidade neste novo ciclo. *Mairi* foi carregada pelas águas e levada para longe, para um lugar seguro, para longe dos brancos do primeiro contato. Segundo Gallois (1994, p. 36), vários detalhes evidenciam este deslocamento: a casa do herói é “levada pelas ondas”, “muito longe” e “só pára no lugar onde as águas secam. Não encontrei, até o momento, nenhum documento que permitisse sustentar esta interpretação, que os Waiãpi, inclusive, recusam. Para eles, o berço da humanidade que eles representam está na beira do paraná”.

Continuando a narrativa cosmológica. Após a chegada nas terras novas, e se constituir uma nova humanidade, os sobreviventes de *Mairi* testemunham a morte de *lanejar*. Porém, o herói *lanejar* ressuscita, volta ao céu, onde continua cuidando do destino da humanidade e “trabalhando pedras”, símbolo da perenidade e suporte da nova leva de homens que voltarão quando esta terra ficar podre (Gallois, 1994). Após a morte de *lanejar* os Wajãpi se multiplicaram e quando estavam em muitos os brancos chegaram, e, violentamente se apossaram das terras. Neste contato, os Indígenas contam que muitos de seus antepassados fugiram pelos rios Oiapoque, Camopi, outros pelo rio Inipuku, e até pelo rio Jari.

(...) Mas antigamente, há muito tempo, nossos antepassados moravam aqui. Depois os brancos chegaram. Chegavam mais numerosos. Chegavam, sempre chegavam outros. Não havia ainda habitações deles. Foi há pouco tempo que eles destruíram o lugar, foi quando se apossaram destas terras. Eles chegaram há pouco tempo. Foi bem recentemente que eles destruíram a terra deles (...). São os índios que fizeram a terra. É chamada assim pelos brancos, não é? Para nós, os índios, é *Mairi*, provavelmente é aquela que nos chamamos *Mairi*. Foi o que nos ensinou tamó *Kuresisi*. Ele a viu, ele veio aqui, quando os brasileiros já estavam aqui. Ele viu tudo, o oceano, o baixo Oiapoque. Ele viajou muito longe, até o final da terra (Waiwai, Macapá, 12.1991 - fita 156 in Gallois, 1994, p. 45).

Segundo Gallois (1994), as narrativas apontam que no momento do contato interétnico, os outros humanos (os brancos) agiram através de um caráter destruidor, “que matam (por doenças e armas) e transformam a área onde vivem em deserto”. Mas, vamos nos atentar ao que a narrativa coloca como um processo de expulsão dos Wajãpi, das terras onde está *Mairi*, onde ancoraram a casa de barro. Devido à intenção violenta dos brancos, naquela terra não foi possível continuar, e precisaram fugir, subir para as cabeceiras de rios e ficar na floresta de terra firme, já que eles usurparam a sua moradia original.

A narrativa cosmológica dos Indígenas Wajãpi, reconstituída nas entrevistas com a antropóloga Dominique Gallois, suscitam momentos históricos, mas nunca dependem de qualquer epistemologia ocidental para nos contar sobre o território de *Mairi*. As narrativas apresentadas, tratam comparativamente de um conjunto complexo de conflitos com os brancos, os quais se apossaram de *Mairi*, provocando um distanciamento dos Wajãpi em relação ao seu lugar de origem. Evidentemente, esta não é a narrativa completa, mas seu recorte priorizou destacar os aspectos da ancestralidade territorial indígena no Amapá. Apesar de se tratar de um mito, a perda do território de *Mairi* não deixa de fornecer chaves interpretativas para compreender aspectos da relação de contato interétnico, pelo domínio de um território, à beira do paraná, onde está a Fortaleza de São José de Macapá.

## Abundância na Amazônia Antiga

A ocupação humana contínua da floresta amazônica ocorre há milhares de anos, originalmente por diversos e numerosos povos indígenas e seres não-humanos transformadores, que cocria-ram a magnitude da biodiversidade desse território, há pelo menos 11 mil anos AEC, de acordo com as épocas geológicas, desde a transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. A constatação desta evidência da história em longa duração<sup>6</sup> só foi possível a partir da verificação da datação de fragmentos de ouriços de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), encontrados no sítio arqueológico da caverna da Pedra Pintada, próximo a Monte Alegre, no Baixo Amazonas.

De fato, é notável como uma série de plantas cultivadas<sup>7</sup> na América tropical são conhecidas e consumidas há milhares de anos (Neves, 2020; Watling, et al. 2018), muitas destas plantas ocupam uma posição intermediária entre a domesticação e a sua condição selvagem. A análise do manejo de espécies vegetais por humanos na Amazônia antiga revelou a formação de florestas antropogênicas milenares, cultivadas a longo prazo, à luz de ciclos de sucessão entre roças, capoeiras e castanhais, sempre em confluência com outras espécies animais. Diversos grupos da etnia indígena Wajãpi, do Amapá, reconhecem os castanhais como os roçados das cutias (Oliveira, 2016), isto é, os animais e outros seres também plantam, segundo Manoela Carneiro da Cunha:

A planta de um animal corresponde, grosso modo, a seu alimento, embora esse alimento possa ser comestível para vários outros animais e para os humanos. Assim como muitos animais desfrutam do que é produzido em jardins humanos, os humanos também podem comer o que foi produzido por animais: alimentos selvagens. Em certo sentido, portanto, todo ser senciente pode ser um jardineiro ou um agricultor (Cunha, 2023, p. 36).

O substrato potente que sustenta esta complexa paisagem multiespécie é resultado desta troca entre humanos e não humanos: são as terras pretas. Estes solos escuros, geralmente bastante negros, que podem ter uma textura “oleosa” e se desenvolvem em diferentes substratos minerais e contextos geomorfológicos, sendo possível encontrar na periferia da Amazônia a presença de terras pretas datadas de cerca de 4000 AEC (Neves, 2022), quase invariavelmente acompanhadas por materiais culturais, normalmente fragmentos de cerâmicas.

Este padrão de solo é resultado de perturbações humanas na paisagem natural, segundo Balée (1993), em associação com o cultivo de plantas domesticadas ou não. Esta descoberta engajou a possibilidade de analisar as ocupações ameríndias como estruturas mais elaboradas e integradas ao modo vida coletivo no bioma amazônico, com movimentações e construções complexas em terra, baseado em ciclos e conectado com o cosmos.

<sup>6</sup> Apesar do conceito de longa duração ter sua base em mudanças estruturais, lentas, quase imperceptíveis, admite-se que tais mudanças são originadas de eventos específicos (curta duração de Braudel), oriundos da conjunção de atos dos indivíduos. Esses eventos e indivíduos estão inseridos em uma estrutura com mudanças e ritmos perceptíveis, entendida como uma história social (história de média duração) (Corrêa, 2013).

<sup>7</sup> O estudo arqueobotânico está relacionado ao entendimento das relações entre as plantas alimentícias, condições de domesticação, e como as plantas sanaram as necessidades do homem no que tange a alimentação, medicina, ritos, entre outros (Pearsall, 2000).



Apesar das evidências de produção e construção de lugares permanentes, tais como aterros, plataformas e conjuntos de palafitas com milhares de esteios, esses lugares eram ocupados em ciclos curtos. Tais formas de ocupação desafiam a oposição entre sedentarismo e mobilidade que aprisiona discussões arqueológicas (Neves; Castriota, 2023). Portanto, torna-se cada vez mais difícil defender a ideia redutível, ainda corrente na opinião pública, de uma Amazônia intocada (Viveiros de Castro, 2013), coberta de matas virgens, habitada apenas por pequenas tribos esparsas por volta de 1500.

Segundo essa interpretação, os povos ameríndios da América do Sul tropical tiveram sua civilidade questionada por não terem produzido cidades. Não se considerou, entretanto, que a cidade que se tinha em mente era aquela do colonizador que, quando não encontrou sua *urbs* e sua *polis*, concluiu grosseiramente que aqui não havia nenhuma forma de *civitas*. Chamaram, assim, os povos da floresta de “selvagens”, “bárbaros” e “não domesticados”, justamente pela incapacidade de reconhecer a extensão de seu legado, conectado a um extenso espaço construído de floresta tropical (Neves; Castriota, 2023, p. 71).

As terras pretas, ou “terras de índio”, neste contexto teórico são o dispositivo de contraposição à hipótese de determinismo ambiental da Amazônia, a qual afirmava que a baixa fertilidade dos solos amazônicos, aliada a aparente impossibilidade de aprimorá-los, seria o fator limitante por excelência que determinaria o surgimento do padrão de agricultura itinerante característico das culturas de floresta tropical em outras superfícies do planeta. Grandes áreas de cultivo dentro destas ocupações antigas foram criadas para manejar diversas espécies de plantas para consumo alimentar e usos diversos – remédios, material construtivo, fabricação de tecidos, alucinógenos, entre outros –, transformando os ácidos solos alaranjados que sustentam a floresta em terras pretas férteis e ricas em material orgânico (Furquim, 2020). Ao gerar o aprimoramento do solo, a formação de terras pretas permitiria o estabelecimento de assentamentos sedentários e permanentes com economias baseadas na exploração agrícola dos solos antropizados.

Por volta do ano 800 até o século XVI, a região amazônica do Alto Xingu formou aldeias com até 500 mil metros quadrados, habitadas por até 5 mil pessoas. Tais núcleos se organizavam de forma circular em torno de grandes praças, interligadas por estradas que chegavam a 5km de extensão e 50m de largura. Algumas aldeias eram fortificadas, com paliçadas e valas de até 5m de profundidade e 2,5km de extensão, cuja função, supõe-se, era a defesa contra os ataques de outros povos indígenas (Viveiros de Castro, 2013). Em termos de área territorial, cada agrupamento tinha mais de 250km<sup>2</sup>, dos quais cerca de um quinto constituía a área central ocupada, tornando-a aproximadamente equivalente em tamanho a uma pequena cidade moderna. Segundo Heckenberger (2009), grande parte da paisagem antiga está coberta por vegetação, mas as florestas nas áreas centrais apresentam concentrações distintas de certas plantas, animais, solos e artefatos arqueológicos, como cerâmicas policromas.

Afinal, em função da ênfase na cidade ocidental, as definições clássicas das cidades antigas prescrevem uma série de características que diferem daquelas dos povos ameríndios – em parte porque cidades são muito difíceis de se definir arqueologicamente fora do modelo clássico de polis. A partir dessa perspectiva, vertentes mais rígidas da arqueologia contestam a ideia de que esses povos teriam produzido cidades (Neves; Castriota, 2023, p. 72-73).

Neste sentido, o campo da arqueobotânica na Amazônia nos apresenta espécies de árvores, cujos padrões atuais de distribuição, podem estar relacionados ao manejo humano no passado. Foram catalogadas aproximadamente 16 mil espécies de árvores, mas apenas 227 delas (1,4% do total) se distribuem por quase todo o território do bioma (Neves, 2020). Então existem espécies denominadas “hiperdominantes”, seis das dez espécies de árvores mais abundantes da Amazônia são palmeiras (Furquim, 2020), incluindo *Euterpe oleracea* (açai-do-pará) e *Euterpe precatoria* (açai-do-mato), palmeira nativa que se tornou mundialmente conhecida em tempos recentes, cujo gênero já era consumido pelos indígenas que habitaram a caverna da Pedra Pintada.

Vale ressaltar que existem diferenças entre as espécies de plantas cultivadas, em níveis mais ou menos domesticadas, ou mesmo não domesticadas pelas populações Indígenas, contudo, a hiperdominância destas espécies está vinculada a criação de solos antropogênicos, uma vez que as práticas ameríndias estão focadas na produção e no manejo da abundância. Isto é, a presença de açais e de conjuntos de outras espécies hiperdominantes, pode ser um indicativo da presença de terras pretas em determinados solos da Amazônia, hipoteticamente. É impossível separar as histórias de vida das árvores e dos povos que inicialmente as plantaram ou cultivaram e manejaram.

Terras pretas fizeram parte da história dos povos indígenas, durante mais de mil anos na Amazônia e ainda desempenham um importante papel nas vidas das populações ribeirinhas. A presença da palmeira do açai em sítios arqueológicos datam de aproximadamente 12 a 8,2 mil anos antes do presente, os fitólitos localizados no estuário amazônico possibilitaram a descoberta deste contexto (Neves, et. al. 2021). Pois para além da importância na alimentação da população, as tradições que incluem o açai, estão diretamente envolvidas em atividades de extração, transporte e comercialização, além de forte indutor da economia local.

A ênfase nas espécies de palmeiras do açai (açais) neste estudo, **é um esboço de aproximação** entre as práticas e saberes indígenas do passado com a cultura e cadeia produtiva do açai no tempo presente. Um fruto simbólico para região norte brasileira, devido ao seu valor cultural, alimentar, medicinal e econômico. No estado do Amapá não é diferente, segundo Miranda *et. al.* (2019), por ser um alimento rico em gorduras, proteínas e fibras, ainda contando com quantidades relevantes de ferro, cálcio, fósforo e potássio, **é abundante e barato**, compõe a mesa de muitas famílias, as vezes em mais de uma refeição.

### Terra Frutífera

A costa do Amapá é coberta por florestas várzea e, portanto, abundante em açais. O extrativismo de açai é uma atividade significativa financeiramente, para famílias em assentamentos populares, sendo comunidades urbanas ou ribeirinhas no interior do estado. O açai é responsável por 48% da renda bruta das famílias, sendo coletadas, em média, 213 sacas de açai/ano/família, destinadas à comercialização e ao próprio consumo. De acordo com Kouri et al. (2001), para os agricultores, uma saca de açai, batida e pronta para consumo, rende em torno de 30 litros.

Segundo o IBGE (2020), no Amapá esse produto extrativo movimentou R\$6 milhões em 2019 (3.059 toneladas), o que representa cerca de 1% da produção nacional. O valor da produção quase triplicou nos últimos dez anos. Porém, esses números não refletem a importância desse fruto na vida da população. Os estabelecimentos





de venda, regionalmente chamados de batedeiras de açaí<sup>8</sup>, até 2010, somente nos municípios de Macapá e Santana somava-se 2 mil batedeiras, em 2019 o número estimado aumentou para 5 mil batedeiras. Segundo Euler (2020), informações não oficiais de representantes do segmento, estimam entre 25-30 mil pessoas vinculadas a essa atividade econômica na região.

Toda a exportação internacional da cadeia produtiva do açaí no Amapá tem sua porta de saída em Santana, é na região portuária da cidade que se concentram as atividades industriais e os principais portos da Foz do rio Amazonas. É um município relativamente novo, criado em 1988, junto com a Constituição. Porém, as primeiras ocupações militares na região na Ilha de Santana começaram por volta 1729 (Gomes, 1999), com a construção de uma pequena fortificação lusitana, na tentativa de controlar a passagem de navios holandeses, franceses e ingleses ainda no período colonial.

O primeiro grande ciclo migratório nesta cidade ocorreu durante a formação do Território Federal do Amapá, como descrito anteriormente. Nesta fase, a indústria da mineração instalava a infraestrutura do porto de Santana, no entanto, sem prever os problemas urbanos ocasionados pela grande concentração de novos moradores. Devido à escassez de políticas públicas habitacionais, a crescente população de migrantes se estabeleceu em áreas residuais da orla, que foi planejado para o projeto da zona industrial de Macapá (antes de 1988).

<sup>8</sup> Uma batedeira de açaí é um equipamento utilizado no processo de preparação do açaí, uma fruta típica da região amazônica, popularmente consumida em forma de creme gelado. A batedeira é projetada para processar e misturar os ingredientes necessários para criar uma consistência suave e cremosa no açaí. Geralmente, os ingredientes incluem água, polpa de açaí e às vezes outros frutos.

A cidade de Santana é permeada por periferias, predominantemente, de habitações palafíticas, seja na área portuária ou nas áreas de ressaca<sup>9</sup>. Na beira-rio, as comunidades da Baixada do Ambrósio, Igarapé da Fortaleza e Vila Elesbão figuram como as comunidades palafíticas mais antigas no perímetro urbano. Até a década de 1980 a cidade contava com apenas 2 mil lotes, contudo, devido a instalação da ALCMS (Área de Livre Comércio de Macapá e Santana), em 1992, o crescimento demográfico disparou, registrando 69.501 habitantes (IBGE, 1996). No último censo (IBGE, 2023), 107.618 pessoas registraram residência no município de Santana, sendo 70% parda, 21,3% branca, 8,6% preta e com percentuais iguais de 0,1% pessoas amarelas e indígenas.

A comunidade Vila Elesbão está vinculada a cadeia produtiva do açaí. Em Santana, a profissão de “batedor de açaí” é muito comum nas periferias urbanas. Segundo a Associação de Moradores da Vila Elesbão (AMOBEL, 2016), são 12 pontos de batedeiras de açaí no bairro. Mesmo os moradores que não têm batedeiras produzem a polpa, é muito comum que compartilhem do uso da batedeira dentro do bairro, quando alguma família coleta os frutos de seu próprio quintal, e rende mais que o suficiente, o excedente é vendido pela vizinhança. O consumo diário de açaí é um hábito na vila, sempre há demanda.

A maioria dos pontos de açaí na vila são empreendimentos familiares, as várias etapas da produção distribuídas entre os parentes e os rendimentos são divididos, contudo, são empreendimentos geralmente liderados por homens. As famílias que possuem pontos de venda, conseguem usufruir da renda para fazer melhorias nas condições de suas habitações, uma vez que, é comum o espaço doméstico ser adaptado com reformas, para alocar os equipamentos de processamento e conservação do fruto e seus derivados. Estes espaços comerciais, ocupam as fachadas das habitações,

<sup>9</sup> Constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea (Takiyama et. al., 2012, p. 12).



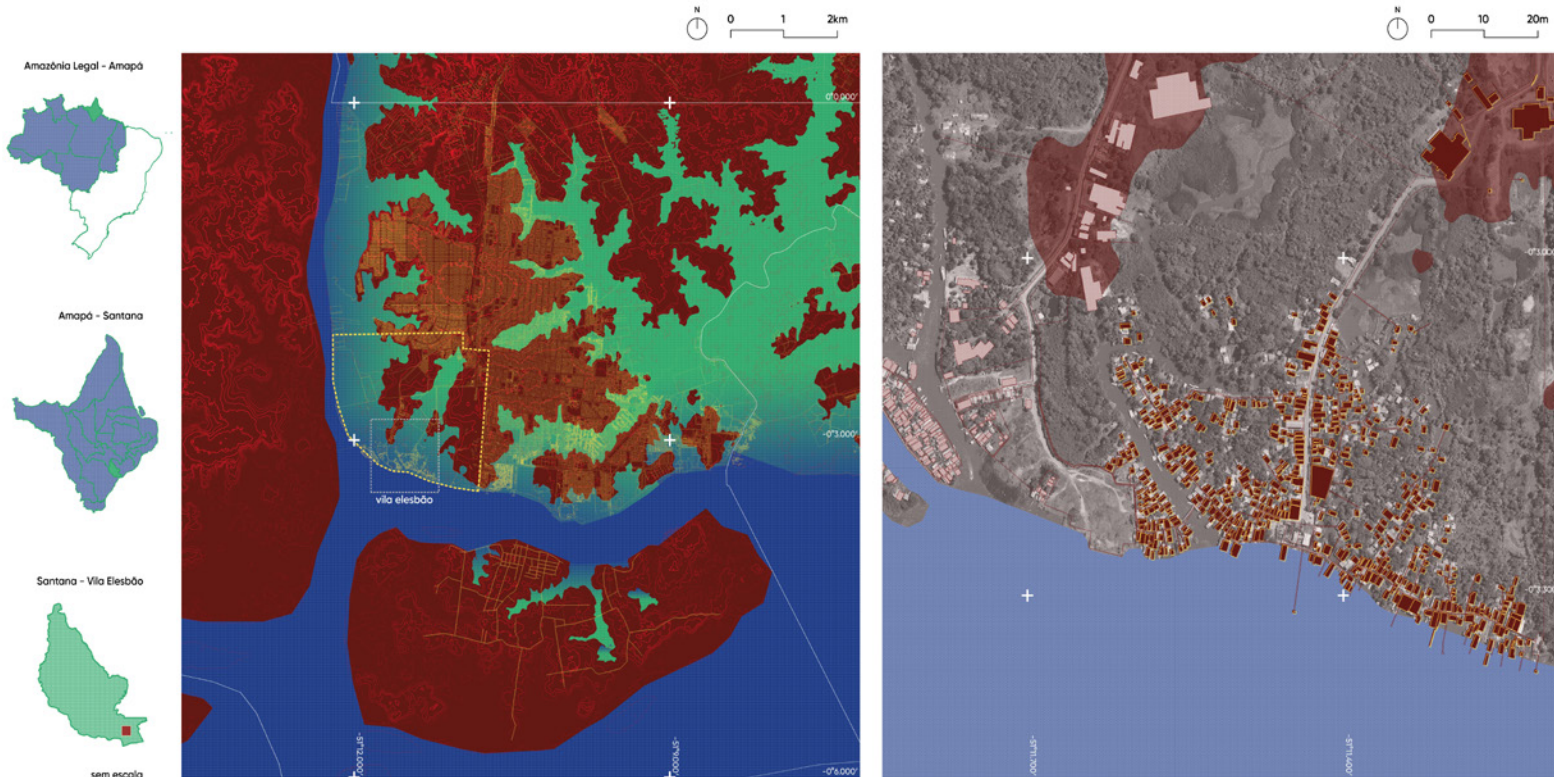


Figura 4 – O município de Santana e a área urbana da Vila Elesbão. Dados: Maptiler, 2022; PMS, 2006, 2023; IBGE, 2010. EPSG:4674. Elaboração própria, 2024.

apresentam como padrão um grande balcão (Figura 3), proteção da luz solar e chuvas com beiral generoso, com uma bandeira vermelha sinalizando “açai”, às vezes com o valor do litro escrito em giz branco.

As palafitas são o principal tipo de construção habitacional na Vila Elesbão, coexistem com uma infraestrutura urbana incompleta e o contexto social dos lares é de baixa renda. Estima-se que a ocupação da vida tenha iniciado entre 1940-1950, e as primeiras habitações tenham sido construídas na **área** sudoeste da comunidade, na entrada do igarapé Elesbão (Figura 4). Ao fim da década de 1980, início dos anos 1990, com a criação do município de Santana e da ALCMS, o novo ciclo migratório expandiu em grande escala a ocupação da beira-rio, acompanhando o prolongamento do igarapé e margeando a área industrial ao lado, o porto da ICOMI S.A.

A expansão urbana foi ficando cada vez mais lenta com o passar do tempo. Nos anos 2000, a estruturação do ramal de acesso terrestre, que conecta a comunidade ao centro da cidade, foi o eixo de expansão da malha urbana. Até 2016, segundo o Sr. Moraes (Presidente da AMOBEL), estimava-se a população da vila em de 1500 pessoas, mas, de acordo com o IBGE (2023), a atual população de residentes permanentes no bairro é de 2054 pessoas. A comunidade exerce autogestão relativa ao controle de novas edificações ou casos de demolição, em casos de abandono da casa. O bairro “Elesbão”, de acordo com a divisão política da legislação, inclui uma área maior, abrangendo outras comunidades periféricas como o Delta do Matapi. Ambas, estão incluídas na mesma gleba delimitada pelo Plano Diretor. A comunidade está zoneada como Interesse Portuário 1, a qual recebe parâmetros urbanísticos legais para a ocupação do solo, contudo, são normas estabelecidas para terrenos de terra firme apenas, desconsiderando a territorialidade com a água do habitat palafítico.

Atualmente, o Plano Diretor esteve em processo de revisão entre 2022 e 2024. Em suas primeiras audiências públicas, apresentou atualizações sobre risco climático, o que inclui as áreas que sofrem de alagamentos periódicos, onde estão as ocupações palafíticas. Foi executada uma oficina participativa na Vila Elesbão, em fevereiro de 2022, no relatório as moradias palafíticas foram descritas como “fraquezas no enfrentamento aos problemas de saneamento” (PMS, 2022). Até o início da década de 1980 os moradores das áreas periféricas de Santana ainda não tinham acesso a água encanada e distribuição de energia elétrica, e a instalação só ocorreu a partir das primeiras mobilizações sociais (Monteiro, A. et. al., 1995). As Comunidades

Eclesiásticas de Base, ou CEBs, foram fundamentais para proliferação de experiências e ideologias de luta de classe e movimentos sociais nas comunidades. Então, dentro das reuniões mensais surgiu a “comissão da água”, que tinha como objetivo buscar soluções para os problemas de abastecimento no bairro, e reuniões entre a população e o poder público foram sediadas nas igrejas.

Como representante dos interesses da população, a AMOBEL há alguns anos, recorreu ao Governo do Estado do Amapá para verificar a possibilidade de regularização fundiária da comunidade, no entanto, trata-se de uma área de terras da União, de posse da instância Federal, característica herdada da antiga condição de território federal. Cerca de 70% da superfície territorial do Amapá está sob gestão do Governo Federal. A União transformou a unidade federada em um estado que não possui poder de gestão sob seu próprio território (Batista, 2022), impactando inclusive, na regularização fundiária de pequenos posseiros.

Portanto, a população da Vila Elesbão permanece condicionada à irregularidade fundiária, como uma desterritorialização suspensa, que pode acionar a remoção dos moradores a qualquer momento. No jogo das relações de poder, a negação da territorialidade, de um grupo social, é um dos efeitos colaterais do agenciamento hegemônico da propriedade privada, individual e registrada (Rolnik, 2019). Os assentamentos populares são afetados historicamente por estratégias de controle do Estado, vezes benéficas e quase sempre violentas, mas que sobretudo, insistem em ignorar formas de relação dos indivíduos com o território. Manter a insegurança da posse da terra indicia relações coronelistas que persistem. O território permanece numa espécie de ambiguidade, numa espécie de transitoriedade permanente.

Estamos falando de bairros inteiros imersos em um estado de exceção e de ambiguidade em que as categorias legal/ilegal, legítimo/ilegítimo, autorizado/não autorizado são permanentemente cambiantes e postas em questão, inclusive através da ação dos próprios habitantes (Rolnik, 2019, p. 6).

Uma sujeição relacionada a práticas moldadas por uma interseção específica, de relações de poder, marcadas ora mais pela classe, ora mais pelo gênero, ora mais pela raça ou etnia (Haesbaert, 2021). Estas relações são feridas abertas do contato europeu com os povos ameríndios e africanos há 500 anos, no marco da colonialidade do poder (Quijano, 2005). Quando a hegemonia universal específica e dominante: branca, patriarcal, não estrangeira, livre, adulta e proprietária; tomou para si, a prática de subalternização de corpos outros<sup>10</sup>. Prática que se prolonga até os dias atuais no modo de funcionamento de economia política da cidade, e, portanto, no planejamento urbano.

## Considerações finais

A Vila Elesbão é uma das comunidades palafíticas mais antigas de Santana. A comunidade estabelece relações com a terra e com as águas por necessidade de acesso à habitação e suas práticas de construção em madeira sobre o rio, mobilidade fluvial, alimentação e economia familiar, a partir dos frutos do açaí. Suas estruturas,

<sup>10</sup> Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sociopolítica a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geopolítica de Estado de conhecimento (Mignolo, W., 2028, p. 291).



construídas sobre águas carecem de serviços básicos, como água potável e saneamento. A infraestrutura urbana local expõe os moradores a condições insalubres e inseguras, aumentando os riscos de doenças e desastres naturais. Enquanto isso, os residentes, resistem, mantendo laços comunitários e culturais, desafiando a invisibilidade e reivindicando direitos sociais em um ambiente urbano negligenciado pelo poder público.

Desde a década de 1980, as comunidades da região portuária de Santana mobilizam entidades e o poder público, para solução de problemas urbanos. As negociações nunca foram fáceis, as melhorias de infraestrutura sempre foram entregues de forma discriminatória e incompletas. Assim como, as políticas públicas municipais nunca lançaram estratégias setoriais robustas, para enfrentar o déficit habitacional. Já houve a tentativa de regulação fundiária do território da comunidade, no entanto a questão das terras públicas no Amapá é um impasse sem data de validade por enquanto, além da incompreensão dos instrumentos de regularização com a questão palafítica.

Isto é, a Vila Elesbão vive sob o estigma da irregularidade fundiária e sua forma de produção é precarizada historicamente. Circunstâncias articuladas pela colonialidade, perante a imposição de um modelo único de cidade moderna. Regida pela hegemonia, dentro do marco do planejamento urbano, em instâncias do saber e do poder. Portanto, estes mecanismos que condicionam a precariedade são ferida colonial, e não uma característica inata. Há saberes, cosmo percepções e práticas que estes mecanismos não alcançaram, e que emergem no cotidiano deste território palafítico.

O resultado da formação da espiral do tempo é o conjunto reunido dos giros conceituais, que repercute na expressão de determinados ciclos que o território amazônida atravessou. Em maioria restrito a região do Amapá, mas também ampliado em certos momentos. Diante fenômenos sociais, eventos históricos e evidências arqueológicas, também acomodando a narrativa cosmológica indígena, sem prescrevê-la nos giros como uma datação, apenas ambientando sua transversalidade no tempo, pois seus atributos de temporalidade são regidos por outra cosmo percepção de mundo, divergente da matriz epistemológica ocidental.

O projeto de modernização do Amapá, abordado no primeiro giro, afetou a população negra que habitava o centro de Macapá. A política higienista de Janary, em função do planejamento urbano “embelezador” da cidade determinou a desterritorialização desta população. Nas entoadas do Marabaixo, como lugar de memória e resistência, a violência deste processo de despejo (ou remanejamento) é evidenciado na vocalização de anseios e indignação: “DE MIM NINGUÉM TEM DÓ”; “RAPAZ EU NÃO TENHO CASA”. Assim, o conteúdo da oralidade nas entoadas, indicam mais nuances deste processo pouco mencionado na historiografia da região, e que, precisa ser analisado criticamente por mais pesquisas deste campo disciplinar.

O mapa da transversalidade territorial, cruza dados arqueológicos das descobertas de solos antropogênicos da Amazônia antiga, com os fluxos das fugas e perseguições a mocambos nas terras do Cabo Norte durante o séc. XVIII, com a demarcação oficial de Terras Indígenas, Terras Quilombolas homologadas e com a localização de comunidades quilombolas contemporâneos. Este mapa se fez como num palimpsesto, para desvelar apagamentos, acumular as informações em uma superfície de interpretação, em transdisciplinaridade. Além das considerações analíticas já colocadas, na seção em discussão, elabora-se mais indagações sobre as materialidades possíveis, que estes fluxos podem ter efeito na contemporaneidade.

Haveria padrões construtivos remanescentes de técnicas ancestrais? as possíveis rotas de fuga entre os mocambos e quilombos entrelaçam-se com as comunidades

tradicionais atualmente como caminhos em abertos? As populações consolidadas nestes fluxos, que permanecem até hoje, possuem memórias, oralidades ou vestígios materiais destas interações na longa duração com o território?

Este estudo reúne percursos, trajetórias, movimentos e retornos que se conectam à presença da Fortaleza de São José de Macapá como influente em temporalidades distintas, incluindo a narrativa cosmológica Wajãpi. Os rios também são elemento chave na leitura espacial do território, a percepção de tempo também é conduzida por citações às cabeceiras, bacias, e o *paraná* (grande rio). É evidenciado a relevância das terras pretas (solos antropogênicos), e da domesticação de espécies vegetais por populações indígenas do passado, para esclarecer as formas de territorialização na Amazônia central, como uma reintrodução a história do território e teoria do urbanismo, para desde antes do contato interétnico com os europeus.

Pois, há muitos séculos a Amazônia é interpretada como um território de incompletudes e ausências, de escassez e falta. Estas análises representam um grave sintoma da concepção ocidental civilizatória na linearidade evolutiva: agricultura, o patriarcado, o Estado, a história, as cidades, a escrita, a ordem e o progresso. O que se pode afirmar como contraproposta à imposição das incompletudes é a interpretação na chave da abundância. Diante a magnitude de diversidades que a Amazônia comporta, se pode dizer que as proporções devoram qualquer possibilidade de síntese, porque as diversas Amazonas não podem, por esse mesmo motivo perder sua personalidade - é o caráter de cada uma delas que faz a diversidade do grande vale, um rio formidável. Desde a nascente nos Andes a foz no Amapá.

Neste sentido, a abundância do açaí é o que torna a “terra frutífera”. A cadeia produtiva deste fruto é a renda de muitas famílias na Vila Elesbão. O açaí é uma parte fundamental da dieta e da tradição alimentar amapaense. Seu cultivo e processamento impulsionam a economia local, fortalecendo as redes de produção e comércio. Com esta renda, muitas famílias conseguem fazer reformas em suas palafitas e adquirir ou aprimorar embarcações.

A comunidade ainda é alvo de estigmas de pobreza e violência urbana fora de seu território, sua condição palafítica é uma questão incontornável. As construções do bairro fogem à regra do padrão único de urbanidade moderna, quadra-rua-lote em solo firme, e por isto é irregular também. O risco que a precarização oferece aos moradores é um fator de preocupação, presumindo a continuidade no espaço biofísico que ocupa, mesmo reconhecendo o potencial da tecnologia palafítica como uma solução. Segundo Ailton Krenak (2022), temos que reflorestar nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficar repetindo os gregos e romanos. Enquanto a habitação for pensada como útil, apenas em sua condição de mercadoria, não será possível restabelecer seu espaço na paisagem, acerca da natureza.

Na Amazônia cabem muitos mundos, de territorialidades e temporalidades que se movem junto com seu povo. A priori, a ambição desta pesquisa se fez na perspectiva de traçar uma ancestralidade territorial para o Amapá, contudo, o que foi alcançado trata-se apenas de um exercício inicial nesta mirada. Muitas camadas de apagamentos foram percebidas no percurso de rememoração e reconstrução de trajetórias das populações contra hegemônicas, indígenas, negras, mestiças, caboclas, que ocupam a curva, no desvio da linearidade da historiografia ocidental. Sem dúvidas há pontas soltas aqui, a transdisciplinaridade exigida na composição das dinâmicas territoriais, na diversidade de fontes e seus métodos, apesar de não permitir um encaixe fino, demonstra o quanto sua prática é potente.





LEWANDOWSKI, Andressa; OTERO, Julia dos Santos. “Dossiê: Cosmopolíticas da terra contra os limites da territorialização”. *ILHA* 21.1: 6-20. 2019.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTINS, Cristian Farias. As fronteiras da liberdade: A resistência quilombola na fronteira entre Brasil e Guianas (Século XIX). *Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica*, v. 14, n. 1, 2010.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Editora Cobogó, 2021.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

MIRANDA, Lidiane de Vilhena Amanajás; MIRANDA, Sérgio Barbosa de; AMANAJÁS, Viviane Vanessa de Vilhena. Aspectos socioeconômicos dos batedores de açaí dos municípios de Macapá e Santana no estado do Amapá-AP. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, n. 40, 2019.

MONTEIRO, A; SANTOS, A; NOBRE, I; FILHO, J. *Organização, atuação e declínio dos movimentos populares do município de Santana: Associações de moradores*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Licenciatura Plena e Bacharelado em História). Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de História. Macapá, 1995.

NEVES, E.G., FURQUIM, L.P.; LEVIS, C.; et. al. Chapter 8: Peoples of the Amazon before Eu-ropean Colonization. Amazon Assessment Report. Science Panel for the Amazon. *United Na-tions Sustainable Development Solutions Network*, New York, USA, 2021. Disponível em <https://www.theamazonwewant.org/spa-reports/>. DOI: 10.55161/LXIT5573.

NEVES, Eduardo Góes. Castanha, pinhão e pequi ou a alma antigados bosques do Brasil. in Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta. in *Vozes Vegetais*. CABRAL DE OLIVEIRA, Joana; AMOROSO, Marta; MORIM DE LIMA, Ana Gabriela. São Paulo: Ubu, p. 94-109, 2020.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. Ubu Editora, 2022.

NEVES, Eduardo Góes; CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanismos tropicais. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, edição especial Vegetalidades, p.64-73, set. 2023.

NEVES, Ivânia. Mairi, terra de maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. *Policromias-Revista de Estudos do Discurso*, Imagem e Som, v. 7, n. 1, p. 178-205, 2022.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. Mundos de roças e florestas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, v. 11, p. 115-131, 2016.

PEARSALL, D. M. *Paleoethnobotany: A Handbook of Procedures*. Academic Press. San Diego. 2000. 470 p.

PESSOA, Mônica do Nascimento; VENERA, Raquel Alvarenga Sena. (Re)pensando o passado e presente dos afrodescentes a partir da Fortaleza de São José de Macapá. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat*. Taquara, Rio Grande do Sul, 2015. v. 12, n. 2. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/319>>.

PMS, Prefeitura Municipal de de Santana. *Audiência Pública do Diagnóstico Contrato Administrativo n. 013/2022. Atualização do Plano Diretor Municipal de Santana/AP*. EGL Engenharia. Santana, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgard (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, pp.227-278. 2005.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. *Indisciplinar*, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019.

SALGADO, V. *Pertencer à terra, habitar com a água; Territorialidade amapaense e confluências da palafita na Vila Elesbão*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo dos. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Editora Record, 2019.

SUPERTI, E; Silva, G. de V. Comunidades Quilombolas na Amazônia. *Confins (Paris)*, n. 23, p. 11-31, 2015. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/10021>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.10021>.

TAKIYAMA, Luís Roberto; Silva, Uédio Robds Leite; Silva, Sirley Luiza de Figueiredo. *Atlas da Zona Costeira Estuarina do Estado do Amapá: do diagnóstico socioambiental ao Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Participativo*. IEPA. Macapá, 2006.

TAKIYAMA, Luís Roberto et al. *Zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana*. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá Amapá (IEPA), Macapá: 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Amazônia antropizada. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 6, p. 22-23, abr. 2013. Este ensaio foi publicado originalmente no Almanaque Brasil Socioambiental, 2008.